

## CAPÍTULO XII

## Da entidade instituidora

## ARTIGO 51

## (Definição)

1. A entidade instituidora da Escola Superior de Economia e Gestão é a instituição sua proprietária e juridicamente responsável pela sua criação e orientação.

2. A entidade instituidora da Escola Superior de Economia e Gestão é a JUNIL CONSULTORES sociedade por quotas de responsabilidade limitada, com sede na Cidade de Maputo, designada nos presentes estatutos por entidade instituidora.

## ARTIGO 52

## (Relacionamento com a Escola)

1. Os órgãos da Escola desenvolverão a sua actividade em estreita colaboração com a entidade instituidora, como sua proprietária, e, em consequência responsável pelo cumprimento das suas obrigações decorrentes do seu funcionamento e garante económica e financeira, da sua própria existência e subsistência.

2. A entidade instituidora assegurará o apoio, a viabilização dos projectos, programas e actividades que permitam um correcto funcionamento da Escola e a efectiva realização dos objectivos visados pela sua criação.

3. A entidade instituidora assegurará e respeitará a autonomia científica e pedagógica da Escola e a prossecução dos objectivos que lhe estão fixados nos presentes estatutos.

## CAPÍTULO XIII

## Disposições Finais

## ARTIGO 53

## (Símbolos)

1. Constituem símbolos da Escola o emblema, a bandeira e o hino, a aprovar pelo Conselho de Escola.

2. A descrição do emblema e da bandeira da Escola constará de regulamento próprio que definirá também as regras do respectivo uso.

## ARTIGO 54

## (Sigla)

A Escola adopta a sigla ESEG.

## MINISTÉRIO DOS RECURSOS MINERAIS

## Diploma ministerial n.º 201/2005

de 23 de Agosto

O Decreto Presidencial n.º 20/2005, de 31 de Março, define o Ministério dos Recursos Minerais como um órgão central do aparelho de Estado que, de acordo com os princípios, objectivos e tarefas definidas pelo Governo, dirige e executa as políticas no âmbito da investigação geológica, inventariação e exploração dos recursos minerais, incluindo o carvão e os hidrocarbonetos.

A realização dos objectivos definidos no decreto acima referido exige o estabelecimento de um quadro orgânico que habilite o Ministério dos Recursos Minerais desempenhar eficazmente as suas funções.

Nestes termos, após aprovação pelo Conselho Nacional da Função Pública, conforme a alínea c) do n.º 1 do artigo 3 do Decreto n.º 5/2000, de 28 de Março, a Ministra dos Recursos Minerais ao abrigo do disposto no artigo 5 do Decreto Presidencial n.º 20/2005, de 31 de Março, determina:

Artigo 1.º É publicado o Estatuto Orgânico do Ministério dos Recursos Minerais que faz parte integrante do presente Diploma Ministerial.

Ministério dos Recursos Minerais, em Maputo, 23 de Agosto de 2005. — A Ministra dos Recursos Minerais, *Esperança Laurinda Francisco Nhiuane Bias*.

Estatuto Orgânico  
do Ministério dos Recursos Minerais

## CAPÍTULO I

## Sistema orgânico

## ARTIGO 1

## Áreas de actividades

O Ministério dos Recursos Minerais, de agora em diante designado por Ministério, está organizado de acordo com as seguintes áreas de actividade:

- a) Área Geológica;
- b) Área Mineira;
- c) Área dos Hidrocarbonetos.

## ARTIGO 2

## Estrutura

1. O Ministério tem a seguinte estrutura:

- a) Inspeção-Geral dos Recursos Minerais;
- b) Direcção Nacional de Geologia;
- c) Direcção Nacional de Minas;
- d) Direcção de Planificação e Desenvolvimento;
- e) Departamento de Administração e Finanças;
- f) Departamento de Recursos Humanos;
- g) Gabinete do Ministro.

2. O Ministério tem como instituição subordinada o Museu Nacional de Geologia.

3. O Instituto Nacional de Petróleo e o Fundo de Fomento Mineiro são tutelados pelo Ministro.

4. O Ministério ao nível local estrutura-se de acordo com o disposto na Lei n.º 8/2003 e respectivo regulamento.

## CAPÍTULO II

## Funções das estruturas

## ARTIGO 3

## Inspeção-Geral dos Recursos Minerais

A Inspeção-Geral dos Recursos Minerais tem as seguintes funções:

- a) Controlar o cumprimento das disposições legais, regulamentos e normas técnicas no domínio geológico-mineiro;

- b) Zelar pela observância da legalidade, regularidade, procedimentos e boa gestão dos actos e funcionamento nos domínios orçamental, patrimonial e administrativo das estruturas e instituições do sector dos Recursos Minerais;
- c) Participar na elaboração e aperfeiçoamento da legislação aplicável ao sector dos Recursos Minerais;
- d) Organizar e realizar, de forma periódica e planificada, acções de fiscalização e inspecção das diferentes actividades do sector geológico-mineiro;
- e) Realizar acções de inspecção na área dos hidrocarbonetos em conformidade com a legislação aplicável;
- f) Elaborar inquéritos, relatórios e pareceres bem como outros trabalhos superiormente determinados;
- g) Suspender e propor o embargo de qualquer actividade que esteja a ser executada em flagrante violação da legislação vigente;
- h) Levantar os autos necessários e sancionar os transgressores da legislação vigente.

## ARTIGO 4

**Direcção Nacional de Geologia**

A Direcção Nacional de Geologia tem as seguintes funções:

- a) Elaborar e propor a política de desenvolvimento do sector geológico do país e acompanhar a sua execução;
- b) Elaborar normas para a realização de trabalhos de cartografia, inventariação, prospecção e pesquisa mineral;
- c) Elaborar normas para o cálculo e classificação das reservas geológicas e minerais do país;
- d) Planificar e controlar a execução de todos os trabalhos de levantamento geológico sistemático do país, bem como a elaboração das respectivas cartas;
- e) Planificar e controlar a execução de todos os trabalhos de inventariação dos recursos minerais do país;
- f) Planificar e coordenar a investigação dos recursos minerais da plataforma continental e da zona económica exclusiva e elaborar a respectiva cartografia geológica marinha;
- g) Dirigir e coordenar a execução de trabalhos no domínio da geofísica aplicada, estudos e trabalhos de levantamentos aerogeofísicos e terrestres e, no âmbito da geofísica global, monitorar os estudos nas áreas de Geomagnetismo e Sismologia;
- h) Emitir parecer no âmbito de cartografia, inventariação, prospecção e pesquisa mineral e geofísica global sobre projectos elaborados por outras entidades ou instituições;
- i) Planificar, coordenar e executar actividades ligadas a geologia de engenharia, hidrogeologia, geologia ambiental e emitir pareceres sobre a implementação e localização de grandes obras de engenharia e outras tomando em conta o ambiente geológico;
- j) Promover, apoiar e controlar em coordenação com outras instituições, as actividades de reconhecimento, prospecção e pesquisa de recursos minerais;
- k) Promover, recolher, registar, processar, arquivar e publicar a informação e dados geológicos e geofísicos, incluindo a constante nos relatórios dos titulares de

licenças de reconhecimento e de prospecção e pesquisa, salvaguardando-se neste caso os termos de confidencialidade dos mesmos;

- l) Promover a investigação geológica em coordenação com outras instituições;
- m) Programar, orientar e coordenar a organização e conservação do arquivo de amostras geológicas e de testemunhos de sondagens;
- n) Efectuar as análises e ensaios laboratoriais em apoio à actividade de investigação geológico-mineira;
- o) Emitir parecer sobre o valor económico de amostras geológicas para investigação científica dentro e fora do país.

## ARTIGO 5

**Direcção Nacional de Minas**

A Direcção Nacional de Minas tem as seguintes funções:

- a) Elaborar e propor a política de desenvolvimento do sector mineiro e acompanhar a sua execução;
- b) Planificar e controlar a execução dos projectos e estudos técnicos e económicos para a abertura de novas minas ou reabilitação de minas existentes, tendo em vista, com a aplicação de tecnologias adequadas ambientalmente sãs, a optimização, dentro de parâmetros técnico económicos, da recuperação dos produtos finais;
- c) Preparar e organizar os processos relativos à atribuição de licenças de reconhecimento, licenças de prospecção e pesquisa, concessões mineiras e concessões de água mineral, praticando os actos que lhe são atribuídos no âmbito do Regulamento da Lei de Minas;
- d) Promover, apoiar e controlar, em coordenação com outras instituições, as actividades de reconhecimento, prospecção, pesquisa e extracção, uso e aproveitamento de recursos minerais, excluindo os hidrocarbonetos;
- e) Promover, apoiar e controlar a mineração de pequena escala, tomando em conta a minimização dos impactos negativos de natureza ambiental e social resultantes do exercício dessa actividade;
- f) Promover e facilitar a utilização conjunta, por parte de titulares de direitos mineiros, de capacidades instaladas de equipamentos para a produção e tratamento de minérios;
- g) Decidir sobre a atribuição de certificados mineiros;
- h) Elaborar e fazer cumprir as normas de segurança técnica mineira;
- i) Elaborar normas e instruções sobre a extracção mineira;
- j) Elaborar e actualizar o cálculo de reservas minerais;
- k) Elaborar e manter actualizado o Cadastro Mineiro;
- l) Promover a transformação local dos recursos minerais;
- m) Promover o aumento e diversificação das exportações de minérios e participar na definição da política de comercialização em coordenação com outros organismos;
- n) Zelar pela observância e cumprimento do regulamento ambiental para a actividade mineira.

## ARTIGO 6

**Direcção de Planificação e Desenvolvimento**

A Direcção de Planificação e Desenvolvimento tem as seguintes funções:

## 1. No domínio da Planificação:

- a) Assegurar e dirigir o processo de preparação, execução e controlo dos planos do sector, estabelecendo as necessárias orientações metodológicas específicas;
- b) Recolher e sistematizar informação estatística do sector;
- c) Transmitir orientações e disposições em matéria de planificação e controlo;
- d) Elaborar propostas de directivas, indicadores de controlo, planos anuais, plurianuais e perspectivas a longo prazo;
- e) Elaborar os planos anuais e quinquenais do Ministério com base nas propostas das Direcções Nacionais e instituições subordinadas ou tuteladas;
- f) Participar na definição de indicadores estatísticos adequados e necessários a formulação das políticas e planeamento dos diversos sectores ligados ao Ministério;
- g) Realizar estudos sobre a evolução de preços no mercado do sector dos Recursos Minerais nas componentes produção, exportação e vendas no mercado interno, controlar e analisar a previsão de preços.

## 2. No domínio de Estudos e Projectos:

- a) Emitir pareceres na esfera da sua competência sobre estudos e projectos de desenvolvimento;
- b) Propor as prioridades de investimentos que estejam em harmonia com os planos de desenvolvimento macro-económicos definidos para o sector;
- c) Analisar e emitir pareceres sobre contratos de financiamento, execução de projectos e relatórios de contas das instituições sob tutela do Ministério dos Recursos Minerais;
- d) Acompanhar a execução e cumprimento dos contratos-programa celebrados entre o Governo e as Empresas Públicas, bem como o desempenho dos respectivos Conselhos de Administração;
- e) Prestar informação sobre o desenvolvimento das actividades do sector e das instituições subordinadas e tuteladas;
- f) Propor medidas que visem a rentabilização, formação e extinção de unidades económicas subordinadas ou tuteladas.

## 3. No domínio da Cooperação Internacional:

- a) Acompanhar as negociações no âmbito da cooperação bilateral ou multilateral no âmbito dos recursos minerais bem como em encontros preparatórios das Comissões Mistas;
- b) Analisar e dar parecer sobre acordos de cooperação internacional a celebrar pelo Governo;
- c) Acompanhar e participar na celebração de acordos específicos do sector dos recursos minerais;
- d) Identificar as organizações internacionais de que Moçambique é membro e das correspondentes obrigações contraídas pelo país, bem como o seu estado de cumprimento e de prováveis parceiros nacionais e internacionais que possam colaborar com o Ministério;

- e) Participar em grupos de trabalho de foro da cooperação internacional relevante para o sector;
- f) Analisar informações sobre o comércio internacional relevantes para o sector.

## 4. No domínio da Informática:

- a) Assegurar a implementação da Política de Informática no sector;
- b) Promover o uso das tecnologias de Informação e Comunicação;
- c) Elaborar normas que assegurem o uso efectivo das tecnologias de informação e comunicação;
- d) Colaborar na elaboração da legislação sobre a circulação electrónica de informação.

## ARTIGO 7

**Departamento de Administração e Finanças**

O Departamento de Administração e Finanças tem as seguintes funções:

- a) Dirigir o processo de preparação e elaboração dos orçamentos de funcionamento e de investimento, estabelecendo internamente as necessárias normas metodológicas para esse efeito;
- b) Dirigir e controlar a aplicação das normas e assegurar o controlo contabilístico da execução dos orçamentos de funcionamento e de investimento;
- c) Organizar e planificar o processo de aquisição, inventário, manutenção, uso e controlo de bens materiais do Ministério;
- d) Coordenar a execução do processo de abate de bens patrimoniais do Ministério;
- e) Executar o orçamento do Ministério;
- f) Estabelecer a ligação com o Ministério das Finanças representando o Ministério, recebendo e transmitindo orientações e disposições em matéria de orçamento.

## ARTIGO 8

**Departamento de Recursos Humanos**

O Departamento de Recursos Humanos tem as seguintes funções:

- a) Gerir os recursos humanos do Ministério;
- b) Observar e fazer cumprir o Estatuto Geral dos Funcionários do Estado e demais legislação aplicável aos trabalhadores da função pública, bem como emitir pareceres, quando solicitado, sobre a contratação de trabalhadores estrangeiros;
- c) Promover e controlar as acções de formação, valorização e especialização técnica dos funcionários nas diferentes áreas do sector;
- d) Coordenar e controlar as acções no âmbito da assistência social dos funcionários do Ministério;
- e) Elaborar o Quadro de Pessoal do Ministério e executar a sua gestão sistematizada;
- f) Gerir os sistemas de informação do pessoal do Ministério.

## ARTIGO 9

**Gabinete do Ministro**

O Gabinete do Ministro tem as seguintes atribuições:

- a) Prestar assistência ao Ministro em todos os assuntos, sempre que solicitado;
- b) Prestar assessoria jurídica e técnica ao Ministro;

- c) Participar na preparação de projectos de legislação;
- d) Elaborar a agenda de trabalho do Ministro e do Vice-Ministro;
- e) Coordenar o processo de audiências do Ministro e do Vice-Ministro com outras entidades e particulares;
- f) Preparar e secretariar as reuniões do Ministro e do Vice-Ministro;
- g) Centralizar toda a correspondência destinada ao Ministro e ao Vice-Ministro;
- h) Transcrever os despachos das questões apresentadas ao Ministro e ao Vice-Ministro para envio aos interessados;
- i) Recolher, processar, arquivar e divulgar a legislação publicada relevante para a actividade do Ministério;
- j) Definir, implementar e gerir no âmbito das suas competências, o sistema de expediente e arquivo geral;
- k) Coordenar as actividades do HIV/SIDA e do Género.

### CAPÍTULO III

#### Colectivos

##### ARTIGO 10

No Ministério funcionam os seguintes colectivos:

- a) Conselho Consultivo;
- b) Conselho Técnico;
- c) Conselho Coordenador.

##### ARTIGO 11

#### Conselho Consultivo

1. O Conselho Consultivo é convocado e dirigido pelo Ministro e tem por funções analisar e dar parecer sobre questões fundamentais da actividade do Ministério, designadamente:

- a) Estudar as decisões do Estado e outras instituições relacionadas com as actividades do Ministério, com vista a sua correcta implementação;
- b) Analisar e dar parecer sobre as actividades e preparação, execução e controle do plano e programa do Ministério;
- c) Efectuar o balanço das actividades desenvolvidas;
- d) Promover a troca de experiência e de informações entre os dirigentes e quadros.

2. O Conselho Consultivo tem a seguinte composição:

- a) Ministro;
- b) Vice-Ministro;
- c) Secretário Permanente;
- d) Inspector-Geral;
- e) Directores Nacionais;
- f) Directores Nacionais Adjuntos;
- g) Assessores do Ministro;
- h) Chefe de Gabinete do Ministro;
- i) Chefe do Departamento de Administração e Finanças;
- j) Chefe do Departamento de Recursos Humanos.

3. O Conselho Consultivo reúne-se ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que convocado pelo Ministro.

##### ARTIGO 12

#### Conselho Técnico

1. O Conselho Técnico é um colectivo que assiste o Ministro nas questões técnicas de especialidade do sector, tendo a função de discutir e emitir pareceres sobre os principais aspectos de carácter técnico-científico relacionados com a actividade do Ministério.

2. O Conselho Técnico é convocado e presidido pelo Ministro ou por quem este designar.

3. Fazem parte do Conselho Técnico, especialistas e técnicos de reconhecida competência designados pelo Ministro.

4. O Conselho Técnico estrutura-se em subcomissões especializadas.

##### ARTIGO 13

#### Conselho Coordenador

1. O Conselho Coordenador é convocado e dirigido pelo Ministro, através do qual este coordena, planifica e controla a acção conjunta dos órgãos centrais e locais do Ministério, instituições subordinadas e tuteladas e tem por funções:

- a) Apreciar e controlar a execução do plano do Ministério bem como das instituições subordinadas e realizar o seu balanço;
- b) Aprovar o plano anual do Ministério e instituições subordinadas bem como apreciar o respectivo orçamento.

2. O Conselho Coordenador tem a seguinte composição:

- a) Ministro
- b) Vice-Ministro
- c) Secretário Permanente
- d) Inspector Geral
- e) Directores Nacionais
- f) Directores Nacionais Adjuntos
- g) Assessores do Ministro
- h) Chefe de Gabinete do Ministro
- i) Responsáveis Provinciais do Sector dos Recursos Minerais
- j) Chefes de Departamentos Centrais

3. O Conselho Coordenador reúne-se ordinariamente uma vez por ano e extraordinariamente sempre que for autorizado pelo Presidente da República.

##### ARTIGO 14

#### Convidados

O Ministro poderá designar outros quadros técnicos ou individualidades para participar nos colectivos referidos no presente estatuto quer a título permanente quer a título específico de cada sessão.

### CAPÍTULO IV

#### Disposições finais

##### ARTIGO 15

#### Regulamentos Internos

O Ministro aprovará, no prazo de sessenta dias a contar da data da aprovação deste Estatuto Orgânico, os regulamentos internos das unidades orgânicas.

Aprovado pelo Conselho Nacional da Função Pública, aos 22 de Junho de 2005. — O Presidente do Conselho Nacional da Função Pública, *Lucas Chomera Jeremias*.